



Nº 820 Este caderno faz parte integrante do Diário de Notícias nº 57 008

TRABALHO
Governo de Montenegro aprova anteprojeto para alterar mais de cem artigos da Lei Laboral
PÁG. 11



POLÍTICA MONETÁRIA
BCE mantém taxas de juro porque preços e salários “continuam a abrandar”
PÁG. 7

Contribuintes com salários ou pensões até 1.500 euros vão reter menos de 10 euros em agosto e setembro

PÁGS. 12-13



“Agora estamos a ver, efetivamente, quem acredita no tema da sustentabilidade e está a trazê-lo para o seu negócio.”

VANESSA ROMEU
Diretora de Corporate Affairs LIDL
PÁGS. 8-9



A grande reforma do trabalho do Governo Montenegro

NUNO VINHA
Diretor Adjunto do
Diário de Notícias



“**E**u non creo nas meigas, mais habelas hainas”. A expressão – que nos habituámos a dizer que é espanhola – é, na verdade, originalmente galega e numa das suas muitas interpretações traduz uma desconfiança (ou ceticismo) quanto a coincidências. E eu, que não acredito em

Eu, que continuo a não acreditar em bruxas, penso que o Governo prefere muito mais que a conversa gire em torno do “Trate-me por Álvaro” ou sobre “pastéis de nata” do que sobre esta reforma da Lei do Trabalho.

bruxas, continuo a achar que é coincidência o Governo apresentar o nome do homem que vai substituir Mário Centeno no Banco de Portugal no mesmo dia, após a mesma reunião de Conselho de Ministros, em que anuncia a semente de uma das maiores reformas à lei laboral dos anos recentes.

Envolvidos a comentar o regresso de Álvaro Santos Pereira, passou largamente despercebido aos comentadores que o executivo de Luís Montenegro quer alterar nada menos do que uma centena de artigos da Lei do Trabalho, incluindo – como foi notícia recentemente – alargar a abrangência dos serviços mínimos. E isso é mau? Não sabemos, o anteprojecto ainda não foi suficientemente explicado, mas o ponto não é esse. Eu, que continuo a não acreditar em bruxas, penso que o Governo prefere muito mais que a conversa gire em torno do “Trate-me por Álvaro” ou sobre “pastéis de nata” do que sobre esta reforma da Lei do Trabalho.

E deve ter boas razões para isso. Para começar, esta legislação tem tanta influência do PS que era conhecida em muitos círculos como a “Lei Vieira da Silva”. Não será, por isso, de estranhar que o Partido Socialista – mesmo com uma liderança, até ao momento tépida, de José Luís Carneiro – lute contra este anteprojecto com todas as forças que tiver. Apoiado pela esquerda ainda mais à esquerda, o Livre, PCP e o Bloco de Esquerda.

Para já, o PS disse que esta

reforma “é uma agenda de injustiças” contra os trabalhadores, o que não dá grandes esperanças para que deite uma mão amiga à ministra Rosário Palma Ramalho.

Depois, porque o alcance da medida pode ter apanhado de surpresa alguns dos parceiros sociais, que andam há meses embrenhados nas propostas para regular a imigração e agora apanham com uma “reforma de fundo” de legislação que só foi mexida quando a Troika o exigiu em troca da ajuda de 89 mil milhões de euros.

E que medidas constarão desta reforma “Trabalho XXI” apenas e só para que o Chega o possa aprovar, no caso de o PS achar que é demasiado intragável para o seu eleitorado? O que pensa André Ventura de comprar dias de férias em troca de salário, mas sem perda de benefícios? O que acha das regras mais apertadas para os serviços mínimos das greves? O que opina do fim às restrições ao outsourcing após despedimentos? Sabemos muito pouco.

Enquanto o Chega cavalga – cada vez com mais deputados e cada vez mais radical – no tema da imigração, menos se percebe o que defende para áreas basilares da vida das pessoas, como este do Código do Trabalho. Mas é com este parceiro que a AD teme, forçosamente, de negociar as suas medidas mais importantes. E isso pode ser um perigo. E eu, que não acredito nas bruxas, ainda acho que é muito melhor evitá-las do que contar com a sua boa vontade.

Men'sHealth | Women'sHealth

13º Ano consecutivo

3º Ano consecutivo



**REVISTAS LIFESTYLE
DO ANO!**



womenshealth.pt

| menshealth.pt

Álvaro Santos Pereira: um governador na era da “incerteza excecional” no mundo e nos juros

Os desafios do próximo governador do Banco de Portugal. Economista regressa a Portugal 12 anos depois pela porta grande, mas o mundo está mais imprevisível, complexo, perigoso. A incerteza em níveis extraordinariamente elevados, como diz a sua nova chefe Christine Lagarde.

TEXTO **LUÍS REIS RIBEIRO** luis.ribeiro@dn.pt

Álvaro Santos Pereira, até agora economista-chefe da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE), foi indigitado pelo governo como sucessor de Mário Centeno à frente do Banco de Portugal (BdP), confirmando a notícia em primeira mão do DN que dava conta que o economista liderava a “shortlist” para o cargo. Será o 16º governador da instituição fundada em 1846.

Seis anos mais novo que Centeno (Santos Pereira nasceu em 1972, em Viseu), o antigo ministro da Economia do tempo da troika e do programa de ajustamento de Pedro Passos Coelho (PSD) saiu a meio do mandato como governante, rumando a Paris. Regressa a Portugal 12 anos depois pela porta grande, para o cargo mais alto da supervisão bancária nacional e responsável no país pela implementação da política monetária definida em Frankfurt, designadamente os níveis de taxas de juro.

Os desafios que se colocam ao novo governador (que deve assumir o cargo apenas em setembro porque ainda precisa de ser ouvido, avaliado e aprovado pelos partidos no Parlamento) são muitos, são diferentes e vêm servidos num tabuleiro de “incerteza excecional”, como tem dito

Christine Lagarde, a presidente do Banco Central Europeu (BCE), coisa nunca vista desde que o euro nasceu.

Incerteza máxima e guerras

É talvez o maior desafio. A incerteza máxima que vem do ambiente de guerras militares, dos ataques comerciais dos Estados Unidos contra tudo e todos, os eventos climáticos extremos, tudo vem baralhar a tarefa primordial do banco central que é entregar estabilidade financeira e garantir que descidas ou subidas de taxas de juro têm o efeito pretendido.

Com caos ao redor, o Banco de Portugal e os congéneres à mesa do BCE precisam de ter ainda mais informação e tomar decisões em cima do momento.

No último e derradeiro editorial que assinou na OCDE (no outlook), Santos Pereira notou “o aumento significativo das barreiras comerciais, bem como da incerteza económica e das políticas comerciais”. “Este aumento acentuado da incerteza impactou negativamente a confiança das empresas e dos consumidores e prevê-se que prejudique o comércio e o investimento”, disse o ainda indigitado governador do BdP. E acrescenta: que o protecionismo comercial global traduz-se numa “pressão inflacionista”, o que dificulta o trabalho

do banco central em caso de travagem da economia. Porque o objetivo é deter e normalizar a inflação nos 2%, o banco central pode ter de lidar com níveis de juro que ajudam menos ou pouco a contrariar os efeitos recessivos do protecionismo global.

Santos Pereira prefere taxas de juro baixas

Outro desafio é como pode atuar o governador português para influenciar as decisões do conselho de governadores do BCE, que conta com 25 responsáveis de topo. Santos Pereira considera que a inflação normalizada nos 2% não está nada adquirida a curto prazo (Lagarde diz que “está numa boa posição”. Na avaliação que faz aos principais bancos centrais do mundo, BCE incluído, Álvaro Santos Pereira defende que este processo de regresso à inflação de 2% pode levar mais tempo do que diz.

“Embora ainda prevejamos que a inflação atinja as metas dos bancos centrais até 2026 na maioria dos países, agora levará mais tempo para atingir essas metas. Nos países mais afetados pelas tarifas, a inflação pode mesmo subir primeiro, antes de descer”, escreveu Santos Pereira há um mês, no estudo da OCDE.

No entanto, também já tornou público que sempre que houver possibilidade, o português tende



a advogar juros baixos. “Dadas as recentes pressões inflacionistas, a política monetária deve manter-se vigilante. Mas se as tensões comerciais não se intensificarem e as expectativas de inflação se mantiverem ancoradas, as taxas de juro podem ser reduzidas, desde que as previsões apontem para uma descida ou contenção da inflação”, sustentou o economista

Se e quando for necessário subir taxas de juro, o novo governador terá, no mínimo, de alertar para os riscos sobre famílias e empresas mais endividadas.

Um país endividado a taxas de juro variáveis

O processo de desalavancagem e de desendividamento da economia portuguesa já vai longo, mas ainda nem a meio parece ter chegado. O Estado pensa entregar uma dívida de 90% do Produto Interno Bruto (PIB) este ano, mas este fardo continua muito acima dos 60% definidos nas regras europeias.

As empresas continuam descapitalizadas e a preferir crédito para funcionar. Muitas famílias continuam a carregar as hipotecas das casas, a maioria contratada a taxas de juro variável (cerca de 70% do total dos novos contratos de crédito à habitação, 90% se considerado o stock total).

Santos Pereira tem aqui um dilema difícil como tiveram os seus antecessores no BdP. Quando for necessário subir taxas de juro, até onde irá o novo governador, sabendo o dano quase imediato que provoca sobre famílias e empresas? E também Estado, por via das



Obrigações do Tesouro, que costumam acompanhar as taxas de referência do BCE.

Neste domínio, mas no crédito ao consumo, o novo governador tem algum poder discricionário. Como autoridade e regulador, define as taxas máximas aplicáveis aos contratos de crédito aos consumidores, uma forma de impedir os excessos do passado em cobrança de comissões pelos bancos. Mas não chega, o grosso do crédito vendido pelos bancos é hipotecário.

O mesmo se passa com o incentivo à poupança, mercado onde o Banco de Portugal define juros mas deixa amplamente ao critério dos bancos as propostas comerciais e de remuneração dos depósitos por exemplo, normalmente com taxas de juro muito abaixo das da concessão de crédito.

Previsões, ator político e proximidade

Uma das características inovadoras da gestão de Mário Centeno,

ex-ministro do PS, foi ampliar a intervenção “cívica” do governador, dando mais vezes a sua “opinião” em temas como as contas públicas e os potenciais efeitos de determinadas políticas para a sustentabilidade da dívida. Isso valeu-lhe a animosidade do governo do PSD-CDS, que talvez ajude a explicar a razão pela qual não foi reconduzido para um segundo mandato de cinco anos.

Santos Pereira, mais próximo do PSD e do primeiro-ministro Luís Montenegro e do ministro das Finanças Joaquim Miranda Sarmiento (foi escolha pessoal destes últimos), vai certamente tentar reparar a relação tensa de Centeno ao longo dos últimos dois anos, enviar menos críticas e recados, tentar parecer mais compreensivo com os desígnios da política económica, no fundo.

Os banqueiros centrais estão sempre a pedir políticas boas e “prudentes” aos governos, mais reformas estruturais porque, alegam, só a política monetária sozi-

nha não pode dar conta do recado.

Nessas águas, Santos Pereira sabe navegar. Quando foi ministro da Economia de 2011 a 2013, tantas vezes acenou com a sua capacidade e o seu “ímpeto reformista”.

Outro desafio é saber se o novo governador dará continuidade ao estilo de proximidade. Centeno inaugurou a iniciativa “aula aberta”, que levou o governador a dezenas de escolas secundárias e instituições de ensino de norte a sul do país. O contacto direto com milhares de jovens tem sido elogiado. Santos Pereira, professor de formação como Centeno e conhecido pela sua postura informal, podia facilmente continuar as voltas a Portugal.

Não menos importante, as previsões. Quatro vezes por ano, o BdP publica o boletim económico onde atualiza previsões para a economia e, desde há poucos anos, para as contas públicas (saldo orçamental e dívida). Foi outro

2%

Inflação idealizada pelo BCE é 2%. Este valor estará mais presente no discurso de Santos Pereira.

dos motivos de contenta entre Centeno e o governo porque começou a apontar para o regresso dos défices.

Pereira também é especialista em previsões e poderá restabelecer uma narrativa mais unificada e próxima do governo, seu anfitrião.

Negócios bancários por fazer

Os grandes negócios e reestruturações de bancos, que começaram com a grave crise de 2007/2008, terão terminado, finalmente.

Os contribuintes ainda têm 20 mil milhões de euros a receber das ajudas ao BPB, Banif e BES/Novo Banco, algo que o novo governador terá de acompanhar de perto, naturalmente, ainda que o problema seja da responsabilidade mais direta do lado do governo, que é que têm de recuperar os valiosos apoios.

A venda do NB aos franceses do BPCE está encaminhada, restam para já algumas pequenas instituições que desejam obter uma licença bancária em Portugal, que é como quem diz, na Zona Euro.

Segundo o Eco, a empresa financeira chinesa VCredit quer comprar o Banco Português de Gestã. A fintech francesa Rauva tem interesse na marca BEM, detida pelo Montepio. O Banco Carregosa e o BNI Europa também estão à procura de comprador, segundo o mesmo jornal digital.

É mais um dossiê em que Santos Pereira terá a última palavras. Nisso ou noutra qualquer reviravolta financeira do país, que leve a mais consolidação bancária (fusões) entre grandes grupos.

Os lucros da banca e do BdP

É um tema pelo qual o governador tem de dar a cara, mas na verdade não é o Banco de Portugal que define sozinho a política monetária que desceu juros até menos de 0% durante anos, o que fez

engordar os lucros da banca central (com os rendimentos das OT que compraram por exemplo). Esses lucros começaram a diminuir à medida que o BCE foi subindo as taxas de juro (tem de pagar mais aos bancos via taxa de depósito, por exemplo). Atualmente, o BdP podia dar prejuízo, mas tem almofadas herdadas dos anos precedentes que permitem aguentar o impacto negativo das contas por mais um ano ou dois, desde que não seja obrigado a subir fortemente os juros por causa de guerras e choques de energia, como aconteceu em 2022 e 2023.

A nova sede

Foi um dos embates finais entre Centeno e Miranda Sarmiento. A nova sede do BdP cuja construção já arrancou onde era a Feira Popular de Lisboa pode custar mais do que dizem os contratos, noticiou há dias o Observador. Os 190 milhões de euros estimados para a construção em bruto podem chegar a 280 milhões de euros se forem incluídos acabamentos e recheios vários. As Finanças pediram uma inspeção aos contratos e documentos relacionados. Santos Pereira vai ter de lidar de certeza com isto. O fim da grande obra está previsto para o final de 2027, estará o governador a meio do mandato.

Euro digital e criptoativos

Dois grandes problemas e quebra-cabeças para os bancos centrais em geral, não só o português. O projeto arrancou no final de 2023 e pretende que dentro de anos, aparentemente antes de 2030, que os europeus tenham uma versão digital do euro emitida pelo BCE, como o dinheiro físico em circulação. A ideia é poder haver euros digitais e estes podem substituir parte dos euros físicos normais, uma forma de reduzir custos bancários e de agilizar os pagamentos entre pessoas e empresas. Para o governador português será uma operação de alta envergadura, para mais envolvendo ao todos quase 350 milhões de pessoas, o número de habitantes da Zona Euro.

Finalmente, as criptomoedas. Desde o final de 2024, por causa de um vazio legal, que o Banco de Portugal deixou de supervisionar ou poder autorizar ou dar licenças a operadores de criptoativos. Santos Pereira vai saber o que pode fazer quando o ministro das Finanças legislar sobre o tema. Até lá, nada.



Álvaro Santos Pereira foi ministro da Economia no Governo de Passos

JOÃO GIRÃO

O antigo ministro dos pastéis de nata sucede a Centeno no Banco de Portugal

O antigo ministro da Economia de Passos Coelho liderou reformas, foi interlocutor com a troika e defendeu a exportação do pastel de nata. Álvaro Santos Pereira é agora a escolha de Luís Montenegro para liderar o Banco de Portugal. TEXTO RUTE SIMÃO rute.simao@dn.pt

“É um profundo conhecedor da economia portuguesa, da economia internacional, conhecedor do sistema financeiro. É uma voz muito reputada internacionalmente”. Foi desta forma que o ministro dos Assuntos Parlamentares, António Leitão Amaro, confirmou ontem o nome de Álvaro Santos Pereira para Governador do Banco de Portugal, após a reunião do Conselho de Ministros. O atual economista-chefe da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) irá suceder a Mário Centeno e deverá iniciar funções em setembro. Ainda assim, o nome apresentado pelo Governo terá ainda de ir ao Parlamento para que os deputados elaborem um relatório não vinculativo - sobre a escolha.

O ministro dos pastéis de nata e das reformas

Foi ridicularizado quando deu a ideia de internacionalizar umas das mais apreciadas iguarias da doçaria portuguesa alegando que o país estava a falhar no capítulo das exportações de produtos nacionais. Corria o ano de 2012 e, em plena crise económica, o então ministro da Economia e do Emprego de Pedro Passos Coelho lançou o repto. “Por que não existe um franchising de pastéis de nata?”, questionou durante a abertura da Conferência DN Made In Portugal. O pedido que fez durante uma primeira das intervenções públicas enquanto membro do Executivo de Passos também deixou marcas: “Tratem-me por Álvaro”, instou o responsável. Recém-chegado do Canadá, Santos Pereira era pouco

adepto dos títulos de ‘doutores e engenheiros’ habituais por terras lusas. Álvaro Santos Pereira assumiu um dos ministérios mais pesados do governo de coligação PSD/CDS, entre 2011 e 2013, e foi um dos principais rostos nas negociações trimestrais com a troika, numa altura em que o desemprego batia recordes e os portugueses faziam as malas para emigrar. A receita para combater a recessão económica, fincou, deveria ser sustentada por via do aumento das exportações e pela captação de investimento.

Liderou uma série de reformas estruturais, como a da legislação laboral, e assinou, em sede de concertação social, um acordo com a UGT com vista à paz social num país conturbado onde se movavam protestos.

Álvaro Santos Pereira assumirá funções em setembro, mas antes o seu nome terá de passar pelo Parlamento

“Portugal implementou, nos últimos dois anos [2012/2013], o programa de reformas mais ambicioso na Europa desde a era Thatcher”, afirmou. Defensor da reindustrialização de Portugal, foi ainda responsável por deixar cair o projeto do TGV, obra que considerou ser “um erro financeiro”. Introduziu uma nova Lei da Concorrência para reforçar “o poder da Autoridade da Concorrência [AdC], dotando-a de instrumentos capazes de assegurar um combate rápido aos principais entraves ao investimento e à confiança, como sejam os cartéis ou os abusos de posição dominante”, explicou. Orgulhou-se de ter “cortado nas rendas da energia e nas Parcerias Público Privadas” e de ter conseguido “pela primeira vez na história da democracia, um resultado operacional positivo para as empresas de transportes”.

Conduziu ainda o negócio da privatização da ANA com a Vinci, ao lado de Passos Coelho, Vítor Gaspar e Sérgio Monteiro. “É muitíssimo bom para o país e para a empresa e mostra muito claramente que é um país que tem a confiança dos investidores internacionais”, sublinhou na cerimónia que assinalou o aperto de mãos entre o Governo e a francesa. Em 2013 acabou por ser deixado de fora na remodelação do governo, tendo sido substituído pelo centrista António Pires de Lima. Depois de ver as costas de Passos voltadas, escreveu o livro ‘Reformar Sem Medo Um Independente no Governo de Portugal’ para relatar, na primeira pessoa, a sua passagem pelo Executivo. Nascido em Viseu, em 1972, licenciou-se em Economia pela Universidade de Coimbra e doutorou-se em Economia pela Universidade Simon Fraser, em Vancouver, no Canadá, onde deu aulas de de Desenvolvimento Económico e Política Económica. A carreira de docente estendeu-se ainda à Universidade da Colúmbia Britânica, no mesmo país, e, mais tarde, lecionou Economia Europeia e Desenvolvimento Económico na Universidade de Iorque, no Reino Unido.

Assumiu a pasta de economista-chefe da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) no início do ano passado, sendo responsável por liderar a análise económica e prestar aconselhamento político aos países membros. *Com MVL

BCE mantém taxas de juro porque preços e salários “continuam a abrandar”

O Banco Central Europeu está atualmente em modo de “esperar para ver” por causa da alta incerteza que reina nas economias, designadamente a que decorre das tarifas e negociações comerciais em curso.

TEXTO **LUÍS REIS RIBEIRO** luis.ribeiro@dn.pt



A taxa de juro principal da Zona Euro, a taxa de depósito, mantém-se em 2%, anunciou o Banco Central Europeu (BCE), esta quinta-feira. Uma das principais razões: “as pressões internas sobre os preços continuaram a abrandar, com o crescimento mais lento dos salários”, diz a autoridade presidida por Christine Lagarde.

Depois do máximo de 4% decretados em setembro de 2023 para combater a inflação muito alta e descontrolada herdada da guerra da Rússia contra a Ucrânia, o BCE conseguiu arrefecer os preços (e a atividade económica e de crédito nos anos seguintes).

Para não exagerar na dose e reanimar preços e economias, começou novamente a descer taxas a meio do ano passado. Já o fez oito vezes até agora.

Mas, como já era amplamente esperado, o BCE deixou os juros na mesma – está atualmente em modo de “esperar para ver” por causa da alta incerteza que reina nas economias e nos mercados, designadamente a que decorre das tarifas e das negociações comerciais entre os Estados Unidos e muitas outras economias do globo.

Frankfurt considera que o aumento de tarifas prejudica o crescimento a prazo. Assim, o conselho do BCE decidiu manter as três taxas de juro diretas inalteradas. “As taxas de juro aplicáveis à facilidade permanente de depósito, às operações principais de refinanciamento e à facilidade permanente de cedência de liquidez permanecerão inalteradas em, respetivamente, 2%, 2,15% e 2,4%”, indicou a autoridade monetária.

O BCE explica que esta decisão de manter juros acontece porque “a inflação situa-se atualmente no objetivo de médio prazo de 2%”.

“As pressões internas sobre os preços continuaram a abrandar,

Lagarde notou que a maior dinâmica do início do ano “ocorreu, em parte, porque as empresas anteciparam as exportações” para evitar as tarifas anunciadas por Trump

com o crescimento mais lento dos salários”, refere o Banco. Além disso, “a economia provou ser, até à data, globalmente resiliente num enquadramento mundial difícil”, “refletindo” por exemplo as subidas de juros pronunciadas do passado recente (até ao referido máximo histórico de 4% na taxa de depósito), observa o BCE.

“Ao mesmo tempo, a conjuntura mantém-se excepcionalmente incerta, sobretudo devido aos litígios comerciais.”

Assim, perante toda esta incerteza e volatilidade e para assegurar que a inflação da Zona Euro se mantém estável nos 2%, o BCE diz que vai seguir sempre uma abordagem “dependente dos dados e reunião a reunião” para decidir a orientação da política monetária.

As decisões sobre as taxas de

juro “basear-se-ão na avaliação das perspetivas de inflação e dos riscos em torno das mesmas – à luz dos dados económicos e financeiros que forem sendo disponibilizados”, refere a instituição.

Empresas estão “hesitantes”

Apesar de a economia europeia ter tido um arranque de ano “mais forte que o esperado” e de as descidas de juro desde setembro de 2024 contribuírem para animar a atividade, Lagarde reparou na conferência de imprensa que essa maior dinâmica do início do ano “ocorreu, em parte, porque as empresas anteciparam as exportações” para evitar os aumentos de tarifas comerciais previstos.

Ao mesmo tempo, as tarifas atuais efetivamente mais elevadas e as tarifas esperadas também mais altas, o euro mais forte e a persistente incerteza geopolítica “estão a tornar as empresas mais hesitantes em investir”.

Na opinião de Lagarde, “os riscos para o crescimento económico continuam negativos”. Entre os principais perigos “está uma nova escalada das tensões comerciais globais” que pode “prejudicar as exportações e reduzir o investimento e o consumo”.

A presidente do BCE considera que “a guerra da Rússia contra a Ucrânia e o trágico conflito no Médio Oriente continuam a ser uma grande fonte de incerteza”.

Incertezas e fraquezas

O panorama além de incerto é, como diz Lagarde, “negativo” para o crescimento, o comércio e até para os preços. Isto deve conduzir a uma nova descida de juros depois das férias de agosto, prevêem vários economistas.

Como noticiou o DN esta quinta-feira, se as negociações entre a Comissão Europeia (CE) e o governo norte-americano do Presidente Donald Trump correrem mal no tema do comércio e das tarifas, o ponto de chegada dos juros europeus até ao final deste ano pode até ter de ser mais baixo do que se pensa, afirmam analistas do mercado monetário.

Uma descida de 0,25 pontos percentuais em setembro (para uma taxa de juro de 1,75%) é altamente provável, mas se a guerra comercial se intensificar ou os acordos alcançados forem maus, vários analistas dizem que o BCE terá de reduzir juros mais uma vez, até 1,5%, ainda este ano.

“Agora estamos a ver, efetivamente, quem acredita no tema da sustentabilidade e está a trazê-lo para o seu negócio.”

VANESSA ROMEU No ano em que o LIDL celebra 30 anos de presença em Portugal, a diretora de Corporate Affairs da insígnia alemã falou ao Dinheiro Vivo sobre a evolução da marca e a contribuição para a economia nacional. Uma conversa para ver na íntegra no site do Dinheiro Vivo.

TEXTO **MARGARIDA VAQUEIRO LOPES** margarida.lopes@dn.pt

Vanessa Romeu integrou os quadros do LIDL entre 2013 e 2021. Depois de um interregno, voltou como diretora de Corporate Affairs em abril deste ano



REINALDO RODRIGUES

Foi a 19 de julho de 1995 que o LIDL abriu as suas primeiras lojas em Portugal, causando estranheza num país onde os supermercados cumpriam uma tradição bastante clássica de ter uma arrumação homogénea e uma oferta bastante alinhada com o que era o padrão de consumo dos portugueses. Na altura, havia em Portugal outras marcas internacionais - como era o caso do Carrefour ou do Pão de Açúcar - e a luta entre Continente e Pingo Doce ainda não era uma realidade.

O LIDL veio, então, disromper com tudo aquilo que era habitual num supermercado: os produtos, com nomes de marcas “muito difíceis de dizer”, eram apresentados nas próprias caixas de transporte, que por sua vez se empilhavam nas paletes de madeira que cobriam os corredores das 13 lojas que foram inauguradas nessa altura.

Era uma cadeia retalhista claramente direcionada para as classes mais baixas, que entrou em Portugal para ganhar quota de mercado com base em preços

muito competitivos, introduzindo uma série de conceitos - e de produtos, como a entretanto famosa ‘lasanha do LIDL’ no léxico dos consumidores nacionais. Para celebrar este produto, aliás, o LIDL garantiu recentemente a sua entrada para o Livro dos Recordes Guinness, ao fazer uma linha de mais de mil lasanhas no Lidl Village, em Sintra. O excedente de lasanha não consumido durante o evento foi doado à Re-food Nossa Senhora de Fátima, em Lisboa, adiantou ainda a marca, salientando o compromisso com o programa Realimenta, que diariamente promove a doação de produtos para apoio das comunidades locais.

Três décadas depois da chegada ao país, o LIDL não só sobreviveu ao desaparecimento de alguns congéneres de outras nacionalidades, como se reposicionou. “Passámos de um negócio de ‘hard discount’ para o que hoje em dia chamamos de ‘smart shopping’”, esclarece Vanessa Romeu ao Dinheiro Vivo. A responsável da área de Corporate Affairs, ou assuntos institucionais, esteve

nos estúdios do Dinheiro Vivo a conversar sobre a presença da marca em Portugal e sobre a estratégia de uma insígnia que colocou a frase “fresco como uma alface do LIDL” no imaginário de todos.

“Conseguimos fazer esse reposicionamento porque quando entrámos tínhamos 250 produtos e hoje temos quase 3000”, e porque o LIDL passou de ter 13 lojas “para quase 300, espalhadas por todo o país”.

No mesmo sentido, esclarece Vanessa Romeu, a retalhista também foi tentando adaptar-se cada vez mais àquilo que é a procura dos consumidores nacionais, e foi, assim, conquistando espaço na preferência do mercado.

O facto de operar em diversas geografias e conseguir trazer essa diversidade para a oferta nacional também ajudou, adianta ainda a responsável.

Impacto na economia nacional

Por ocasião do 30.º aniversário, o LIDL fez saber que o impacto da

sua operação na economia nacional ronda os 44 mil milhões de euros, ao longo destes 30 anos. “A aposta nos produtores nacionais, a procura pelos produtos mais frescos e por uma oferta local faz

“Há uma grande possibilidade de mobilidade na empresa para quem quer, e é possível crescer e ir navegando dentro da empresa de uma forma vertical.

parte da nossa missão”, continua Vanessa Romeu, notando ainda que foi essa estratégia que permitiu chegar a estes números. “Se nós pensarmos no impacto de 44 mil milhões de euros nos últimos 30 anos, estamos a falar de dois Planos de Recuperação e Resiliência”, diz a executiva para tentar dimensionar os números. “E fomos inovando com diferentes soluções ao longo do tempo, o que ajuda a perceber como fomos crescendo. Por exemplo, “estamos a falar da geração de 90 mil postos de trabalho no país, que são diretos, indiretos e induzidos”.

“O que é que isto quer dizer? Primeiro, que os 44 mil milhões de euros também são diretos, indiretos e induzidos. Significa que, para além daquilo que é o ordenado que nós pagamos a um dos nossos colaboradores, impactamos também de outras formas. Vamos imaginar um pastel nata - um produto muito português, não é? -, começa por exemplificar. “Um pastel de nata que nós vendemos nas nossas lojas implica que eu o compre a um forne-



cedor. Esse fornecedor, por sua vez, vai comprar os ovos, a farinha, a mantegia a outros fornecedores, que por sua vez vão comprar as matérias-primas a produtores, agricultores...temos toda uma cadeia de valor que está a ser alimentada por via desta nossa aposta nos produtos nacionais”, esclarece. “Se pensarmos que por cada euro que o Lidl investiu, nos últimos anos, tivemos 1,78 euros de retorno - os números médios do retalho generalizado rondam os 1,40 e os 1,60 euros -, diria que estamos muito bem”, continuou.

Para estes números contribuem, também, os valores de exportação, salienta Vanessa Romeu. “O primeiro produto que exportámos, dentro das nossas lojas, foi a Pêra Rocha quando, há uns anos, um embargo da Rússia” trocou as voltas às cadeias de distribuição. Depois da pêra, outras opções ganharam espaço além-fronteiras, nomeadamente a laranja do Algarve, a maçã de Alcobaça entre outros. “Todos os anos alteramos os produtos e vamos experimentando para ver o que resulta. Mas também há aqui

este nosso papel de tentar impactar a economia por via de dar a conhecer produtos nacionais”, realça.

Numa altura em que os consumidores cada vez mais procuram critérios de transparência naquilo que consomem, Vanessa admite que o movimento pioneiro - mesmo que provocado por fatores exógenos - ajudaria na afirmação da marca ao longo, sobretudo, da última década, onde o perfil e o comportamento dos clientes se tem alterado de forma muito rápida.

Diversidade das equipas é o desafio

Com a escassez de Recursos Humanos a bater à porta de todos os setores, o LIDL tem conseguido contrariar a tendência e “tem uma taxa de rotatividade baixa, que é o que se quer neste caso”, diz, divertida, Vanessa Romeu. Para isso contribui “a cultura da empresa - e quando lhe referi, no início da nossa conversa, que este meu regresso em 2025 tinha sido mesmo um regresso a casa, acho que isso diz tudo. “Aquilo

que nós procuramos fazer é dar desafios às pessoas. Há uma grande possibilidade de mobilidade na empresa para quem quer, e é possível crescer e ir navegando dentro da empresa de uma forma vertical. E claro que também tiramos partido do facto de sermos uma multinacional, o que significa que as pessoas podem ir trabalhar em diferentes mercados, e há até diferentes modelos de trabalho pré-definidos para fazermos isso, que não só é permitido como incentivado", explica. "E, naturalmente, o facto de as pessoas quererem ficar connosco também se prende com a forma como enquadrámos o nosso pacote salarial, garantindo que ele é competitivo. E, no mesmo sentido, temos de garantir que os valores e a cultura da empresa, que são absolutamente essenciais, estão alinhados com as pessoas", sublinha. "A parte da sustentabilidade é fundamental para as novas gerações, tal como a questão do equilíbrio entre vida pessoal e profissional".

Sobre sustentabilidade, uma área que lhe é particularmente cara, Vanessa aproveitou ainda para garantir que, no LIDL, esta é mesmo uma variável transversal a todos os setores, e que apesar de parecer que a palavra passou de moda, a verdade é que agora podemos estar numa espécie de hora da verdade.

"Houve muitas empresas que aproveitaram essa moda", diz respondendo à questão sobre se teria sido só mesmo uma tendência de mercado. "Agora estamos a ver, efetivamente, quem é que acredita no tema da sustentabilidade e o está a trazer para o seu negócio", considera. "Eu não acredito que seja um tema que vá desaparecer, até porque as evidências estão lá. E bem que precisamos tomar medidas...", atira em jeito de conclusão.



Assista à conversa na íntegra através deste QR Code

OPINIÃO

Luís
Tavares Bravo



Momento da redefinição

Depois de um semestre que acabou por ser uma espécie de montanha-russa para os investidores, os mercados financeiros encontram-se num ponto num ponto de reflexão, onde se pesam os prós e os contras da atual conjuntura. A crescente incerteza política, combinada com tensões relativas às relações comerciais, e uma evolução macroeconómica global, está a impulsionar uma nova fase de reavaliação estratégica por parte de investidores e decisores de políticas monetárias e públicas.

Uma das atenções dos investidores está ligado ao que vai acontecer com as grandes empresas tecnológicas americanas. As chamadas “Magnificent 7” (Alphabet, Amazon, Apple, Meta, Microsoft, Nvidia, and Tesla), que já representam 31 % do S&P 500, têm vindo a dar sinais de menor ímpeto, e grande parte dos analistas antecipam que o ritmo de crescimento dos lucros dessas empresas pode começar a moderar entre 2025 e 2026, abrindo espaço para que o restante universo do índice reduza esta lacuna, e alimente maior crescimento do mercado acionista americano – o que em si, representa um desafio, e pode desapontar as expectativas bastante elevadas que foram criadas com a introdução de soluções de Inteligência Artificial.

Don't Fight the fed? Uma segunda linha de discussão dos investidores está intimamente ligada ao papel do Banco Central norte americano, a Federal Reserve, face às políticas fiscais expansionistas dos EUA. A chamada "One Big Beautiful Bill Act", que amplia os défices em 3,4 trilhões de dólares ao longo da década, deverá forçar o banco central a adotar uma postura cautelosa – mantendo taxas mais altas por mais tempo ou só suavizando gradualmente. O delicado exercício de equilíbrio que será necessário existir entre estímulo fiscal e autoridade monetária poderá criar ruído no mercado financeiro, e consequentemente, volatilidade derivada da incerteza deste braço de ferro.

Por fim temos as tendências de estruturais globais que prometem moldar as próximas décadas. Aumento do proteccionismo comercial e geopolítico, crescente fragmentação geoeconómica, transição energética e aceleração da inovação digital. O investimento sustentável e temas ESG continuam a ganhar protagonismo. Globalmente, os ativos ESG ultrapassam os 35 triliões USD, e estudos recentes revelam que empresas com perfil ESG elevado reagem de modo diferente às decisões monetárias – mais resilientes a aumentos imediatos de taxas, mas mais sensíveis às orientações de futuro. Perante este facto, os investidores poderão assumir um compromisso com a tendência dos primeiros meses do ano, e que sugerem que vale continuar a comprar economia, mas talvez com menos ligação aos Estados Unidos.

*O artigo completo pode ser lido no site do Dinheiro Vivo
Economista, Presidente do International Affairs Network

Meo pede ambição a Bruxelas

A presidente executiva da Meo e 19 líderes de operadoras europeias enviaram uma carta a Bruxelas defendendo que manter uma elevada ambição na reforma das telecomunicações é essencial para a competitividade da UE. A missiva, datada de 23 de julho, foi dirigida a Ursula von der Leyen.

No documento, citado pela Lusa, os subscritores defendem “um forte desvio de política para uma abordagem pró-inovação e pró-investimento, para que a UE se torne competitiva” E pedem uma “revisão fundamental das regras atuais das telecomunicações” e a aplicação plena das recomendações de Mario Draghi e Enrico Letta” para o setor.

Azeite com segunda campanha mais produtiva em 2024

AGRICULTURA Já a vindima foi prejudicada por uma forte pressão de doenças e fenómenos climáticos adversos.

A produção de azeite ascendeu a 180 mil toneladas em 2024, a segunda maior de sempre, e a de amêndoa atingiu um recorde de 91 mil toneladas, consolidando Portugal como o segundo maior produtor da UE, divulgou ontem o Instituto Nacional de Estatística (INE). Em contrapartida, segundo as “Estatísticas Agrícolas 2024”, a vindima foi prejudicada por uma “forte pressão de doenças e fenómenos climáticos adversos”, tendo registado uma quebra de 8,1% na produção. De acordo com o gabinete estatístico, a segunda maior produção de azeite da série estatística registada no ano passado refletiu “a maturidade do olival intensivo alentejano”.

Já a produção de amêndoa foi “impulsionada por novos pomares no Alentejo”, atingindo o valor mais elevado da série e posicionando Portugal como o se-

gundo maior produtor da União Europeia (UE), atrás de Espanha. No setor florestal, o número de incêndios rurais (6.293, menos 16,8% de ocorrências face a 2023) foi o menor dos últimos 20 anos.

Em contrapartida, a área ardiada (137,7 mil hectares no Continente e 5,2 mil hectares na Região Autónoma da Madeira) coloca 2024 como “o terceiro ano mais severo da última década” (2015-2024). Em Portugal Continental, no ano 2024, a área de caça distribuiu-se por 6.995 mil hectares em 5.351 zonas de caça, mais 52 espaços distribuídos por mais 27,2 mil hectares do que em 2023. As 108.196 licenças de caça emitidas na época venatória 2024/2025 justificaram um decréscimo de 0,1%, gerando uma receita de seis milhões de euros, mais 4,1% do que em 2023/2024.

BREVES

Bankinter não recebeu indicação sobre Novo Banco

A presidente executiva do Bankinter disse ontem que o objetivo em Portugal continua a ser o de fazer crescer o negócio, sem aquisições, e que não recebeu qualquer indicação do Governo português para não comprar o Novo Banco. O grupo espanhol Bankinter apresentou lucros de 541,7 milhões de euros no primeiro semestre deste ano, mais 14,4% do que nos primeiros seis meses de 2024. Na operação em Portugal, o resultado antes de impostos foi de 104 milhões de euros (mais 2%). Gloria Ortiz afirmou que o objetivo em Portugal é “crescer organicamente”, em crédito e depósitos.

Henrique Valente

análise de mercado

Regresso das tarifas

Esta semana, os Estados Unidos e o Japão chegaram a um acordo comercial que prevê, entre outras medidas, tarifas de 15% sobre importações de bens japoneses e um investimento do Japão de 550 mil milhões de dólares nos EUA.

O entendimento foi bem recebido pelos mercados, não apenas pelo seu conteúdo económico, mas sobretudo pelo sinal político que envia: Washington continua capaz de negociar. O índice bolsista japonês Nikkei valorizou mais de 4% e o S&P 500 cerca de 1%, atingindo assim novos máximos históricos.

O secretário do Tesouro, Scott Bessent, afirmou que o acordo poderá servir de modelo para as negociações com a União Europeia. Ainda assim, Bruxelas mantém uma postura cautelosa e já tem preparadas contramedidas equivalentes, caso não haja entendimento.

Embora as tarifas dos EUA possam afetar algumas indústrias europeias, a dimensão do bloco, a diversidade das suas relações comerciais e uma política monetária atualmente melhor posicionada para absorver choques externos conferem à Europa maior margem de manobra face a outras economias mais pequenas ou mais dependentes das exportações.

Analista da ActiveTrades Europe



Bagagem de mão gratuita só com regras da transportadora

A Autoridade Nacional da Aviação Civil (ANAC) esclareceu que, de acordo com a legislação europeia em vigor, os passageiros podem transportar bagagem de mão na cabina

sem custos adicionais, desde que respeitem os requisitos definidos pelas transportadoras aéreas. Segundo o regulador, as companhias são livres de definir a sua política de bagagem de

mão, devendo, no entanto, comunicá-la de forma clara no momento da compra do bilhete. Cabe, portanto, aos passageiros estarem informados.

Reitor da UTAD nomeado para a Metro Porto

O Governo quer nomear o reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), Emídio Gomes, para presidente da Metro do Porto, substituindo Tiago Braga, que está no cargo desde 2019. “O acionista Estado encenista designar o Professor Doutor Emídio Gomes para exercer, em simultâneo, os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Presidente da Comissão Executiva da empresa, para o mandato 2025-2027”, pode ler-se numa carta remetida pelo Ministério das Infraestruturas e Habitação à Área Metropolitana do Porto (AMP).



António Leitão Amaro e
Rosário Palma Ramalho

Governo aprova anteprojeto para “reforma profunda” da lei laboral

A ministra do Trabalho, Rosário Palma Ramalho, apresentou aos parceiros sociais a reforma “Trabalho XXI”, que prevê alterações em cerca de 100 artigos da atual lei laboral. Questionada pelos jornalistas, a ministra disse que a lei da greve “não sai beliscada”. Executivo quer que o primeiro contrato a termo tenha, no mínimo, um ano e não seis meses.

O Governo aprovou esta quinta-feira, 24 de julho, em Conselho de Ministros um anteprojeto de reforma “profunda” da legislação laboral, que será negociado com os parceiros sociais, e inclui rever “mais de uma centena de artigos do Código de Trabalho”.

Na habitual conferência de imprensa após a reunião, o ministro da Presidência, António Leitão Amaro, apelidou-a de “reforma profunda” da legislação laboral “sob a forma de anteprojeto” e detahou que “será apresentado em detalhe aos parceiros sociais”.

A reforma, designada “Trabalho XXI”, tem como intuito flexibilizar regimes laborais “que são muito rígidos”, de modo a au-

mentar a “competitividade da economia e promover a produtividade das empresas”, sublinhou a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, acrescentando ainda que “valoriza os trabalhadores através do mérito”, estimula o emprego, “em especial o emprego jovem”, e dinamiza a negociação coletiva.

“Em termos de dimensão há 30 temas-chave”, indicou Maria do Rosário Palma Ramalho, sublinhando que a reforma inclui iniciar o processo de transposição de duas diretivas europeias (uma sobre salários mínimos adequados na UE e outra sobre as condições de trabalho em plataforma de digitais”, e que moderniza o Código do Trabalho, “voltando a olhar para mais

de uma centena de artigos”, incluindo ainda a revisão de nove diplomas legais complementares do Código de Trabalho.

A governante escusou-se a

Das medidas propostas pelo executivo “não beliscam em nada nem o direito a férias com todos os aspetos do seu regime, muito menos o direito à greve”

avançar que medidas estão em causa, assegurando que o Governo “privilegia muito” a concertação social e que as medidas serão apresentadas em detalhe aos parceiros sociais esta tarde e sublinhou que este anteprojeto “é um ponto de partida para a negociação”.

Não obstante, assegurou que concretiza “todas as medidas do programa de Governo nesta área”, numa alusão a medidas que visam a alteração à lei da greve, nomeadamente no que toca aos serviços mínimos em setores essenciais, à possibilidade de compra de dias de férias, à possibilidade de os trabalhadores voltarem a poder escolher se querem receber os subsídios de férias e de Natal em duodécimos ou da forma tradicional, bem como a

necessidade de simplificar vários regimes como o de parentalidade, teletrabalho, organização do tempo de trabalho, transmissão de estabelecimento, ‘lay-off’ e processo do trabalho.

Questionada sobre as alterações à lei da greve e sobre as mudanças que visam as férias, a ministra garantiu que as medidas propostas pelo executivo “não beliscam em nada nem o direito a férias com todos os aspetos do seu regime, muito menos o direito à greve”.

E sobre as alterações à lei da greve reiterou que o objetivo “é equilibrar esse direito com a necessidade de também respeitar outros direitos fundamentais”.

A ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social indicou ainda que estas alterações resultam “também” de “vários pedidos de intervenção” feitos pelos parceiros sociais em “várias matérias”, bem como da “avaliação” que foi feita pelo Governo, que considera que o atual sistema é “excessivamente rígido e ancorado num modelo de relações de trabalho muito tradicionais, não abertas ao século XXI nem ao trabalho na era digital”, dando também “cumprimento ao acordo tripartido de valorização salarial e crescimento económico 2025-2028 assinado em outubro.

Creches e lares nos serviços mínimos

A proposta de reforma do Governo da legislação laboral inclui a inclusão da “área de cuidado a crianças e a pessoas doentes” ou com deficiência nos serviços mínimos e alargar a duração dos contratos de trabalho.

“Foi uma reunião muito frutífera”, afirmou a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, à saída da reunião de concertação social, onde apresentou o anteprojeto do Governo que foi aprovado em Conselho de Ministros.

Na proposta do Governo, disse, “há uma nova área que a área de cuidado a crianças e a pessoas doentes ou portadoras de deficiência”, incluindo as que estão em cuidados continuados e confirmou que nesta área cabem também, por exemplo, as creches e os lares.

Já sobre as alterações nos contratos de trabalho a termo, segundo a ministra, a ideia é a de que o prazo do primeiro contrato seja alargado de seis meses para um ano. **DN/LUSA**

Contribuintes com salários ou pensões até 1.500 euros vão reter menos de 10 euros em agosto e setembro

As novas tabelas de retenção anunciadas na terça-feira, 22 de julho, indicam que quase todos os contribuintes ou pensionistas que recebem até 1.500 euros vão reter zero ou até dez euros nos próximos dois meses. O problema depois pode vir no reembolso, em 2026

TEXTO **NUNO VINHA** nuno.vinha@dn.pt



A entrega da declaração do IRS em abril do próximo ano vai ser a doer. Depois de, este ano, muitos contribuintes terem passado a receber muito menos reembolso ou mesmo a ter de pagar, em 2026 esse movimento vai ser ainda mais intenso. Na origem desta alteração estão as sucessivas mudanças nas tabelas de retenção na fonte, sendo que a mais recente – que resulta de um despacho da passada terça-feira – vai fazer com que, em agosto e setembro, uma grande fatia dos contribuintes e dos pensionistas não retenham mais do que 10 euros por mês. Depois disso há eleições autárquicas em outubro e a retenção volta praticamente ao mesmo nível que estava antes do verão.

A lógica desta forma de descer as retenções é: como o IRS baixou a meio do ano, o Governo diz que está a procurar compensar, em agosto e setembro, as retenções já efetuadas nos primeiros meses do ano com base na anterior versão do IRS à descida decidida este mês no parlamento. Daí que nesses dois meses alguns contribuintes tenham uma retenção de 0% e outros taxas mais baixas do que o habitual.

Para o fiscalista Luis Leon, da Ilya, “esta é a mesma estratégia do ano passado: redução de IRS final a meio do ano, com novas tabe-

las de retenção na fonte para refletir esta redução, e depois um extra. Na teoria, a redução extra deveria corresponder à devolução das retenções na fonte feitas em excesso face às novas tabelas, mas quer no ano passado quer este ano, o Governo foi para lá desta diferença e faz um reembolso antecipado de IRS através de uma redução muito significativa das retenções a trabalhadores e pensionistas durante dois meses”.

Esta medida, considera Luis Leon, é “tecnicamente questionável”, mas os contribuintes, em princípio, querem antes ter o dinheiro do seu lado do que do lado do Governo. “Por isso, quanto mais cedo recebermos (ou melhor, quanto menos anteciparmos IRS a mais), tanto melhor”.

De acordo com as simulações feitas para o Dinheiro Vivo/DN pela consultora EY, um solteiro sem dependentes que ganhe até 1.000 euros brutos por mês vai passar a reter zero euros nos salários de agosto e setembro, quando até agora (e até ao salário de julho) retinha 58 euros. A partir de outubro e até dezembro passará a reter 56 euros.

O mesmo tipo de contribuinte, mas a ganhar 1.500 euros, vai reter 8 euros em agosto e setembro, quando até aqui retinha 186 euros. Mais uma vez, no final de outubro e até ao final do ano ser-lhe-ão des-

contados 181 euros ao salário total.

Para quem ganhe 2.500 euros, a situação é bastante diferente. Dos 502 euros que retém agora por mês, passa a reter 48 euros. E nos salários de 5.000 euros brutos, a retenção atual de 1.494 euros passa a 349 euros.

Outro dos tipos de contribuinte é o de um solteiro com um dependente. Neste caso, tanto quem recebe 1.000 como quem recebe 1.500 euros vai reter zero em agosto e setembro, passando depois a reter, respetivamente, 22 e 146 euros. O salário de 2.500 euros passa a reter 13 euros (que depois de setembro e até dezembro regressa aos 457 euros de retenção).

Já nos casos dos salários dos contribuintes casado, dois titulares e com um ou dois dependentes, a retenção será igualmente de zero euros em agosto e setembro, desde que ganhem 1.000 ou 1.500 euros. A partir dos 2.500 euros passam a reter 26 euros se tiverem um dependente e 5 euros se tiverem dois dependentes. Nos rendimentos de 5.000 euros brutos por mês, os 1.473 euros que um casado com um dependente vai reter agora no final de julho, passam a 328 euros nos dois meses seguintes.

O problema, assegura o fiscalista ao Dinheiro Vivo/DN, é que “um conjunto significativo de contribuintes habituou-se a viver

com despesas extras nos meses em que tipicamente recebia reembolsos (seguros, pagar férias, revisões do carro, etc)”. Pelo que “receber mais cedo implica terem disciplina e pouparem o que vão receber agora se vão precisar dele mais tarde”.

“Mais, pelas nossas contas, sem considerar despesas com saúde, educação, rendas de casa,

PPRs, etc. muitos contribuintes teriam IRS a pagar depois da entrega do IRS, pelo que é bom recordar que devem colocar o NIF em todas as despesas e ter a certeza de que estão todas bem registadas no e-fatura. Só assim a maioria dos contribuintes poderá reduzir a sua fatura de IRS”, aconselha.

Por seu lado, Jaime Esteves – da J+Legal – salienta que “a redução do IRS, mesmo que escassa, é extremamente importante. Assim como o seu reflexo na baixa das retenções, incluindo o reembolso em agosto e setembro, do excesso retido ao longo do ano”.

O especialista ressalva, como não poderia deixar de ser, que “essas reduções darão lugar a um menor reembolso em 2026, ou mesmo a um pagamento, sobretudo se a descida das taxas de retenção for maior do que a descida da taxa real e final de IRS, como é bom que o seja”.

Esta redução, no entanto, é vista como “muito positiva” por Jaime Esteves, “por reduzir o empréstimo forçado ao Estado, ao aproximar as retenções na fonte

13 euros
Um salário bruto de 2.500 euros de um solteiro com um dependente vai reter 13 euros em agosto e setembro



da realidade (ao invés do que tem acontecido entre nós)”.
 “É por isso muito estranha a crítica ao fim ou à redução dos reembolsos. A qual só é explicável pela nossa tradicional dependência do Estado; por um secular encosto aos favores do Estado, ainda que estes resultem apenas da antecipação de dinheiro pelo suposto beneficiário”, conclui.

Em junho, ao jornal Eco, Jaime Esteves assinalou que a lei prevê que o contribuinte pode sempre pedir ao empregador para fazer uma retenção maior do que a obrigatória. Este pedido “pode gerar algum efeito de poupança, uma vez que essas verbas são, depois, devolvidas só no acerto de contas”, de abril a junho de 2026.

Retenção dos pensionistas também cai até setembro

Quanto aos pensionistas, também acompanham as reduções que resultam desta medida. As pensões entre 1.117 euros e 1.581 euros vão reter menos de 10 euros de IRS em agosto e setembro, dadas as baixas taxas de retenção fixadas pelo Governo para estes

dois meses, mostram simulações da PwC feitas para a Agência Lusa.

Segundo as novas tabelas de retenção na fonte divulgadas no Portal das Finanças na terça-feira, 22 de julho, os pensionistas que recebem até 1.116 euros mensais não farão qualquer retenção nos próximos dois meses, pois a taxa é de 0%.

No caso dos pensionistas solteiros ou dos pensionistas casados com alguém que também auferir rendimentos, a retenção só começa a aplicar-se às pensões acima de 1.116 euros, sendo que o valor a entregar pelos pensionistas que se encontram imediatamente acima dessa banda de rendimentos continua a ser próxima de 0% ou inferior a 1%, mostram simulações realizadas pela consultora PwC para a Lusa.

De acordo com os cálculos, um pensionista que recebe 1.250 euros brutos por mês só terá de descontar um euro em cada um dos meses de agosto e setembro. A taxa de retenção é de 0,08%. Até agora, de janeiro a julho, as tabelas de retenção na fonte implica-

vam entregar todos os meses 101 euros, uma taxa de retenção de 8,08%.

Noutro exemplo, de um pensionista que recebe 1.500 euros, a retenção a efetuar nos próximos dois meses corresponderá a 0,53% da pensão, ou seja, oito euros, o que contrasta com a retenção 166 euros mensais feita até julho.

Noutro caso, o de uma reforma de 2.000 euros, a retenção passa temporariamente a ser de 21 euros, quando até agora estava nos 306 euros.

Numa pensão de 3.000 euros, a retenção baixa para 95 euros, contra os 715 euros descontados atualmente.

Depois, de outubro a dezembro, como já se aplicam outras tabelas, as taxas voltam a ser mais altas, embora continuem a ser inferiores às dos primeiros sete meses do ano.

Na pensão de 1.250 euros, o valor a reter passa a ser de 94 euros mensais, na de 1.500 euros passa para 155 euros, na de 1.750 euros passa a ser de 216 euros, na de 2.000 euros fica em 288 euros e na de 3.000 euros em 692 euros.

A Segurança Social e a Caixa Geral de Aposentações (CGA) já vão processar as pensões de agosto de acordo com as novas tabelas, ao contrário do que aconteceu no verão do ano passado, em que não conseguiram aplicá-las logo após a divulgação da atualização.

Em 2024, o imposto também baixou a meio do ano e, quando o Governo divulgou as novas tabelas no final de agosto, com novos valores a aplicar em setembro, a Segurança Social e a CGA já tinham processado as pensões do mês seguinte. Por isso, só aplicaram as novas taxas em outubro, fazendo o acerto relativo às reformas de setembro. Desta vez, a previsão é diferente.

“Tanto a Segurança Social como a Caixa Geral de Aposentações vão aplicar as novas tabelas já em agosto”, confirmou à Lusa fonte oficial do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSS).

Em todo o caso, de acordo com o despacho do Governo publicado na terça-feira no Portal das Finanças, as entidades pagadoras de salários e pensões podem corrigir os valores das retenções até ao final do ano se não conseguirem aplicar as tabelas especiais em agosto e setembro.

Com LUSA

OPINIÃO
Nuno Botelho



Regenerar a democracia, modernizar o Estado

A democracia portuguesa enfrenta desafios sérios nos próximos anos. Fenómenos como a polarização e a fragmentação do debate político, o distanciamento entre eleitores e eleitos ou a quebra de confiança nas instituições, estão a crescer de forma consistente e exigem respostas firmes e estruturais.

Foi este contexto que levou a Associação Comercial do Porto (ACP-CCIP) a lançar um estudo para a reforma do sistema político, anunciado no início desta semana. Como organização preocupada com o futuro do país e a qualidade da democracia, a ACP-CCIP quer contribuir para a regeneração profunda do sistema, trazendo para o centro do debate aspetos que a espuma dos dias tende a ignorar: a participação cívica e associativa; as regras de transparência e responsabilização; a capacidade de resposta das organizações.

Lançamos também um outro estudo na componente económica e administrativa. Complementar ao primeiro, este trabalho visa identificar caminhos concretos para modernizar o Estado, qualificar os serviços públicos, reduzir a carga burocrática e criar um ambiente mais propício ao crescimento e à competitividade da economia. É essencial que o país enfrente os estrangulamentos que ainda subsistem – legais, regulatórios ou fiscais – e que inibem o investimento, a inovação e a concorrência.

Ambos os estudos serão coordenados por Pedro Passos Coelho e Sérgio Sousa Pinto – além de mim próprio – combinando a visão económica de uma associação empresarial com a experiência e profundidade de duas grandes personalidades da vida política nacional. Além de ser um orgulho, do ponto de vista institucional, podermos contar com a colaboração de ambos é a garantia de termos perspetivas livres e plurais em duas reflexões importantes para o desenvolvimento do país.

Acresce o suporte científico da Católica PBS e da Faculdade de Economia do Porto, que vem conferir robustez e fiabilidade aos resultados que serão apresentados.

Numa época em que o ruído se sobrepõe aos factos e em que tudo parece condenado ao imediatismo, é fundamental que a sociedade civil seja capaz de produzir pensamento crítico, independente e de longo prazo. Esse é o objetivo deste projeto, em coerência com os 190 anos de intervenção pública da ACP-CCIP.

Presidente da Associação Comercial do Porto

StartUP Voucher abre inscrições para bolsas de 900 euros

Estão abertas, até 5 de agosto, as inscrições para a quarta edição do StarUp Voucher. O programa, promovido pelo IAPMEI, visa apoiar jovens licenciados até aos 29 anos na criação do próprio emprego em áreas de base tecnológica. Através de capacitação, mentoria e apoio financeiro, o programa apoia projetos empresariais em fase de ideia, contribuindo para a transição digital, inovação e criação de emprego qualificado.

Amazon compra startup de IA para criar assistente pessoal

A Amazon comprou a startup Bee, com o objetivo de desenvolver as suas capacidades de IA e criar um assistente pessoal que ouve as conversas e faz sugestões. A Bee é concebida como uma “IA pessoal” que, através de uma pulseira ouve e transforma as conversas dos utilizadores, as tarefas diárias ou os locais para onde se deslocam, através de “resumos, informações pessoais e lembretes apropriados”, agindo como um assistente que aprende com as necessidades dos utilizadores.

A Sonae concluiu esta semana a venda da Modalfa e da Zippy, marca de vestuário infantil. As ações da Sonae subiram 0,16% na sequência do anúncio.

Cláudia Azevedo

O valor do negócio, que envolveu um management buy out com Francisco Pimentel, atual CEO da MO, e com o Fundo Mercúrio, da Oxy Capital, ascendeu a 20 milhões.



F1: Saída de Christian Horner da Red Bull pode custar 50 milhões de libras à equipa

Este fim-de-semana marca o início de uma nova era na Oracle Red Bull Racing, que corre no Grande Prémio da Bélgica sem Christian Horner aos comandos, pela primeira vez desde 2005. O antigo chefe de equipa e CEO garantiu à equipa 8 campeões do mundo, 6 campeonatos de construtores e 124 vitórias em Grandes Prémios. Um legado difícil de igualar.

TEXTO **MARGARIDA VAQUEIRO LOPES** margarida.lopes@dn.pt



Christian Horner e Max Verstappen durante a sessão de qualificação do GP de Silverstone, em vésperas da demissão do CEO.

A história da Red Bull, atual campeã em título com o piloto Max Verstappen a enfrentar dificuldades nesta temporada, cruza-se inevitavelmente com a de Christian Horner que, durante os últimos 20 anos, liderou a equipa num raro percurso de sucesso na Fórmula 1. A demissão inesperada de Horner, no início deste mês, fez correr muita tinta, mas deve fazer correr ainda mais dinheiro: estima-se que o acordo entre a Red Bull e Christian Horner possa chegar aos 50 milhões de libras, segundo as contas feitas pelo The Telegraph. A publicação consultou os registos públicos mais recentes da empresa para chegar a este valor: tendo em conta o salário anual de Horner (que rondou os 8,9 milhões de libras em 2023) e o facto de o *team principal* ter contrato com a Red Bull até 2030, os números são significativos. A mesma publicação escreve que tudo indica que o salário de Christian Horner não entra nas contas para o atual li-

mite de custos imposto pela FIA às equipas: 104 milhões de libras anuais.

Recorde-se que o papel da Horner na Red Bull ia muito para além da gestão operacional da equipa, com várias fontes da indústria a garantir que o CEO e chefe de equipa foi fundamental para a criação de uma cultura de trabalho orientada para o sucesso ao longo destes anos. Horner é conhecido pela liderança dura e assertiva, e por não ter receio de tomar decisões. Sob o seu comando, a Red Bull viu Sebastian Vettel sagrar-se tetracampeão do mundo, seguido de Max Verstappen (campeão entre 2021 a 2024) e ainda garantiu vários anos de liderança incontestada no campeonato de construtores.

A Red Bull tem, no entanto, enfrentado significativas dificuldades ao longo da última temporada: a saída de Adrian Newey, considerado o engenheiro-mago da Fórmula 1, foi precedida e sucedida de várias saídas de profissionais relevantes da equipa sediada em

Milton Keynes, Inglaterra. Também os conflitos crescentes entre Christian Horner e Jos Verstappen, o pai bastante interventivo do piloto-estrela Max, foram minando o lugar de Christian Horner, numa altura em que Verstappen está em terceiro no campeonato, atrás dos pilotos da McLaren, Lando Norris e Oscar Piastri.

Ainda não é claro o impacto que a saída de Horner terá no desempenho de Max Verstappen – que, entretanto, estará também a tentar ser aliciado pela Mercedes, que depois da saída de Hamilton, continua à procura de pilotos mais eficazes do que Russel e Antonelli. O piloto referiu apenas, recentemente, que na semana passada tinha voltado à fábrica da Red Bull para reforçar os treinos no simulador, e que estava “ansioso por trabalhar de forma próxima” com Laurent Mekies, o novo *team principal* da equipa. Mekies acolhe considerações mistas de fontes do setor – não deixou grandes marcas nos cargos anteriores que ocupou – e

terá uma difícil missão para substituir Horner. O carismático britânico foi, também, sempre apontado como sendo a principal razão para que a Red Bull funcionasse de forma tão eficiente e orquestrada. Conseguirá Mekies colocar Verstappen nos pódios novamente? A primeira grande prova de Mekies começa já hoje, com os treinos para o Grande Prémio da Bélgica a terem lugar esta sexta-feira. Amanhã é dia de *sprint race*. Os pilotos já estão em Spa-Francorchamp, e os olhos estão postos na 'nova' Red Bull, que ninguém sabe exatamente como vai comportar-se, sem a presença do líder das últimas duas décadas.

E agora, Horner?

Desde que a notícia da saída da Red Bull foi anunciada, Horner tem sido associado a um rápido regresso ao paddock da F1. Aquele que foi o mais jovem chefe de equipa da Fórmula 1 – assumiu o cargo aos 31 anos – está, segundo consta, na mira de muitas outras equipas. A Ferrari é uma delas. A equipa de Maranello já em 2022

tinha estado de olho em Horner, para substituir Mattia Binotto. E com o término do contrato do atual chefe de equipa, Fred Vasseur, no final deste ano, o nome de Horner pode estar em cima da mesa.

A imprensa da especialidade também dá conta de que a Alpine poderá tentar uma abordagem, numa altura em que precisa rapidamente de encontrar uma liderança estável que faça com que a equipa garanta resultados positivos – o que não tem acontecido nos últimos anos. É sabido que Horner tem uma boa relação com Flavio Briatore, que atualmente supervisiona a operação da Alpine como conselheiro do CEO cessante da Renault, Luca de Meo. Outra possibilidade é a Aston Martin, onde tem havido também mudanças na liderança. A equipa de Silverstone investiu significativamente em pessoal e instalações nos últimos anos, e não esconde desejo de lutar pelo Campeonato do Mundo num futuro próximo. E seria um regresso à dupla Horner/Newey.

Tecnológica alemã Testo abre fábrica de 25 milhões em Aveiro

A multinacional alemã Testo vai inaugurar em setembro uma fábrica em Albergaria-a-Velha, num investimento de 25 milhões de euros que poderá criar 500 postos de trabalho. A nova unidade da empresa irá produzir equipamentos de medição portáteis de elevada qualidade. Presente nos cinco continentes, a Testo, com sede na cidade de Titisee-Neustadt, na Alemanha, emprega atualmente 3.700 trabalhadores e regista um volume de negócios superior a 420 milhões de euros.

Benfica negocia com Fortitude investimento em projeto da Luz

O SLB está em conversações com o Fortitude Capital e outro investidor internacional para financiar o projeto de 220 milhões de euros, o Benfica District. O Fortitude Capital, fundo de investimento liderado pelo banqueiro português António Esteves (ex-Goldman Sachs), encara este projeto como tendo grande potencial, devido à localização e à natureza multifacetada do projeto, com componentes imobiliária, hoteleira, comercial e desportiva.

Revolut abre sucursal em Portugal

A sucursal da Revolut em Portugal foi inaugurada esta semana, passando a disponibilizar IBAN português aos clientes. O responsável da operação portuguesa, Rúben Germano, afirmou à Lusa que a Revolut quer ser o terceiro banco em clientes no prazo de três anos. A Revolut operava em Portugal ao abrigo do regime de livre prestação de serviços desde a Lituânia. A partir de agora, passa a ter sucursal em Portugal continuando dependente do banco da Lituânia.

Lucros da Navigator caem 46% até julho, para 85 milhões de euros

Preços da pasta e do papel nos mercados internacionais e o aumento dos custos da energia lastraram as contas da papelreira portuguesa nos seis primeiros meses. Ainda assim, a empresa destaca o crescimento da margem EBITDA (operacional) para 21,2% até julho.

TEXTO **NUNO VINHA** nuno.vinha@dn.pt

Os lucros da papelreira portuguesa Navigator caíram 46% nos primeiros seis meses do ano, para um total de 85 milhões, penalizados pelos preços da pasta e do papel e pelos custos da energia.

Num comunicado enviado na quinta-feira, 24 de julho, à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), a The Navigator Company explicou isso mesmo.

“A recuperação dos preços da pasta que se registou no primeiro trimestre, impulsionada por alguma restrição na oferta e pelo aumento da atividade, foi interrompida a partir de abril, criando pressão sobre os preços internacionais de papel, com destaque para o UWF. Neste cenário, o preço do papel da Navigator também regrediu face ao primeiro trimestre, sobretudo devido à desvalorização do dólar, divisa em que a Empresa transaciona em mais de 100 países”, indicou a empresa portuguesa.

Quanto ao tema do preço da energia, a Navigator referiu que “a resiliência operacional da empresa também se destacou positivamente num semestre marcado pelos elevados preços de energia elétrica e gás natural. Face ao período homólogo, o

preço spot de energia elétrica para o mercado ibérico OMIE registou um aumento de aproximadamente 63% e o TTFMA, índice que serve de referência ao mercado europeu de gás natural, teve um aumento superior a 40%”.

Ainda assim, a empresa portuguesa destaca vários pontos positivos no seu primeiro semestre, nomeadamente ter alcançado “uma margem EBITDA de 21,2%, num contexto macroeconómico particularmente exigente, marcado pela elevada volatilidade geopolítica”. A propósito da volatilidade, a Naviga-

Volume de negócios da empresa ascendeu a 1.019 milhões de euros no semestre.

tor especifica “a persistente ameaça de aumento das tarifas aduaneiras por parte da administração norte-americana, que tem contribuído para uma redução de consumo em vários mercados”.

Por outro lado, o volume de negócios da empresa ascendeu a 1.019 milhões, com as vendas de tissue (produto acabado e bobinas) a crescerem 27%, para um total de 119 mil toneladas.

Para a Navigator, “este resultado reflete a eficácia das medidas de gestão implementadas, da disciplina de custos e da robustez do portefólio”.



Navigator investiu 30 milhões de euros na reconversão de uma máquina na fábrica em Setúbal.

No packaging, produto para embalagens, a Navigator destaca a entrada no Top4 europeu dos produtores de embalagem flexível (de baixas gramagens).

“A aposta em flexible packaging refletiu-se na decisão de investimento para a reconversão da máquina de papel PM3, em Setúbal, com o objetivo de direcionar a sua produção para papéis de embalagem flexível de baixas gramagens. Com este investimento, a Navigator vai tornar-se no quarto maior produtor europeu de papéis de embalagem flexível de baixas gramagens”, indicou a empresa, numa referência a um investimento de 30 milhões de euros.

A Navigator afirma-se como a terceira maior exportadora em Portugal (vende para 134 países) e salienta, além disso, que é “a maior geradora de Valor Acrescentado Nacional, representando cerca de 2,5% das exportações nacionais de bens, e mais de 30 mil empregos diretos, indiretos e induzidos”.

A empresa fechou o ano de 2024 com lucros de 287 milhões de euros, um aumento de 4% face ao ano anterior. No mesmo período, o volume de negócios cresceu 7%, para 2088 milhões de euros, enquanto o EBITDA (resultados antes de impostos, juros, amortizações e depreciações) cresceu 547 milhões de euros, mais 9% em comparação com 2023.

O investimento em 2024 ficou marcado pela aquisição da Accrol Group Holdings plc, um dos principais fabricantes de tissue no Reino Unido, que foi vista pelos analistas como uma manobra para fortalecer a posição do grupo na Europa Ocidental.

No início deste ano, a empresa investiu também 15 milhões de euros no complexo industrial de Cacia (Aveiro).

De quem são os 10 maiores salários da Premier League?

Mohamed Salah renovou, Florian Wirtz chegou e De Bruyne foi embora entre outras mexidas na contabilidade dos mais ricos jogadores do mais rico dos campeonatos do futebol mundial

TEXTO **JOÃO ALMEIDA MOREIRA** geral@dinheirovivo.pt

Até ao fim do mercado de verão mais craques devem chegar à Premier League pagos a peso de ouro mas, por agora, a lista dos atletas do campeonato inglês mais bem pagos é - e deve continuar a ser - liderada pelo imparável atacante Erling Haaland. Autor de 124 golos em 146 jogos ao longo de três temporadas no Manchester City, o norueguês contratado em 2022 ao Borussia Dortmund, da Bundesliga, resistiu à ofensiva de Mohamed Salah, craque egípcio do Liverpool, que acabou de renovar.

Haaland, 25 anos, ganha 606 mil euros por semana, o modo de pagamento mais comum nas ilhas britânicas e equivalente a mais de 2,4 milhões de euros ao mês, desde que renovou com o City por nove longos anos na época passada. No primeiro contrato ganhava “só” 433 mil euros por semana. Depois bateu o recorde de golos, 36, dos históricos Alan Shearer e Andy Cole num campeonato só e justificou o tal aumento.

Salah, como foi dito, renovou em abril passado por mais dois anos. Principal figura do título deste ano dos Reds, o craque de 33 anos já soma 401 jogos e 245 golos pelo clube, além de uma pilha de títulos coletivos e individuais. Candidato a melhor jogador do ano, o egípcio foi especulado em clubes sauditas ao longo da temporada mas acabou comprometido com o atual clube até aos 35 em troca de 462 mil euros por semana - 1,6 milhões por mês.

O top-3 é fechado por outro jogador do Liverpool: o recém contratado, por incríveis 125 milhões de euros, Florian Wirtz, ex-Bayer

606.000

Salário semanal, em euros, de Haaland, o mais bem pago; por mês são 2,424 milhões

2

Número de jogadores portugueses no top-10. Além de Portugal, também o Egito e a Alemanha têm uma dupla de representantes

4

Os clubes, Manchester City, Liverpool, Manchester United e Arsenal, com nomes na lista milionária

Leverkusen. O internacional alemão recebe 410 mil euros a cada semana de trabalho em Anfield, onde, depois de um 2024/25 sem aquisições, se gasta e paga cada vez mais. Até porque o quarto da lista é Virgil van Dijk, o capitão holandês dos Reds que também acabou de renovar.

Mas no top-10 é o City o mais representado, com três atletas além de Haaland, entre os quais o português Bernardo Silva, que ganha 300 mil euros por semana, a mesma quantia de Bruno Fernandes no rival Manchester United. Os médios criativos são os representantes de Portugal, um de três países com mais de um jogador na tabela - os outros são o Egito de Salah e de Omar Marmoush, jogador do City que é o nono mais bem pago da Premier League, e a Alemanha de Wirtz e do décimo do ranking. Kai Havertz, único atleta do Arsenal, clube que faz parte do maior império desportivo do mundo, liderado pelo norte-americano Stan Kroenke.

O City, presidido por Khaldoon Al Mubarak, membro do governo dos Emirados Árabes Unidos, lidera com quatro jogadores em 10, enquanto o Liverpool tem três, o United dois e o Arsenal, um.

Kevin de Bruyne, a partir deste ano no Nápoles, ganhava no Manchester City o mesmo que Salah vai auferir e é a saída mais importante do top-10.

Eis a lista dos salários por semana em euros na compilação do site Give Me Sports: 1. Erling Haaland (Manchester City), 606 mil; 2. Mohamed Salah (Liverpool), 462 mil; 3. Florian Wirtz (Liverpool), 410 mil; 4. Virgil van Dijk (Liverpool), 404 mil; 5. Casemiro (Manchester United), 404 mil; 6. Bruno Fernandes (Manchester United), 346 mil; 7. Jack Grealish (Manchester City), 346 mil; 8. Bernardo Silva (Manchester City), 346 mil; 9. Omar Marmoush (Manchester City), 340 mil; 10. Kai Havertz (Arsenal), 323 mil.

OPINIÃO
Carlos Brito



Crescer sem produzir: o paradoxo português

Num momento em que a economia portuguesa regista algum crescimento, é importante não confundir dinamismo conjuntural com transformação estrutural. A verdade incómoda é que Portugal continua ainda demasiado preso a um padrão de desenvolvimento assente em trabalho intensivo e baixa produtividade. Segundo dados da União Europeia, a produtividade do trabalho em Portugal é cerca de 25% inferior à média comunitária.

Este não é apenas um problema económico - é um problema político. Se é certo que a produtividade não aumenta por decreto, a verdade é que depende de escolhas estruturais: investimento em I&D, qualificação da força de trabalho, melhoria da gestão nas empresas e um Estado que não seja apenas regulador (e, muito menos, complicador!) mas facilitador da inovação.

Portugal forma quadros altamente qualificados, mas não consegue valorizá-los. Muitos jovens acabam por emigrar à procura de melhores condições e perspetivas. A questão essencial é esta: queremos continuar a competir com base em baixos salários e incentivos fiscais de curto prazo? Ou vamos apostar num modelo de crescimento baseado em valor acrescentado, diferenciação e inovação? Para que esta segunda hipótese ocorra, é necessário criar condições para que valha a pena investir em Portugal.

O Plano de Recuperação e Resiliência representa uma oportunidade rara para modernizar infraestruturas, digitalizar a economia e qualificar o capital humano. Mas essa oportunidade será desperdiçada se as reformas estruturais forem tímidas ou dominadas pela lógica da distribuição em vez da transformação.

A baixa produtividade que se observa na economia portuguesa encontra eco também na ineficiência da própria máquina do Estado. Esta ineficiência do Estado retira competitividade ao tecido económico, ao mesmo tempo que desincentiva o investimento privado e o empreendedorismo.

Por outro lado, a política fiscal vigente continua a penalizar a criação de riqueza, dificultando a capitalização das empresas e limitando os recursos disponíveis para o autofinanciamento da inovação. A elevada carga tributária sobre o rendimento empresarial, combinada com um sistema fiscal complexo e instável, desincentiva o risco e a reinvenção.

A produtividade não aumentará de forma sustentada enquanto o sistema fiscal não for reformulado para premiar o mérito, a iniciativa e a criação de valor.

Em suma, é tempo de deixar de tratar a produtividade como um conceito técnico e encará-la como aquilo que realmente é: o cerne do nosso futuro económico. Sem ela, não há crescimento sustentável, não há salários dignos, nem há país com ambição europeia.

*O artigo completo pode ser lido no site do Dinheiro Vivo
Presidente da Ordem dos Economistas - Norte